

## PENSANDO A FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Angelina Teixeira PERALVA \*  
Helena Coharik CHAMLIAN \*  
Maria Lúcia Garcia PALLARES \*\*

**RESUMO:** Os vários projetos que orientaram a criação de escolas de Educação em nível superior mostraram duas diferentes linhas: uma considera que tal escola teria principalmente o papel de dar à Universidade o seu "caráter propriamente universitário"; a outra daria ênfase à escola como um centro destinado a atender à demanda de profissionais treinados. Este artigo apresenta uma breve revisão dessas linhas, assim como avalia sua influência sobre a concepção de cursos destinados à formação de educadores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino Superior. Faculdade de Educação. Formação profissional. Formação de educadores.

**SUMMARY:** The various projects which have guided the creation of schools of Education at university level have shown two different lines: one considers that such school should take mainly on the role of providing the University with "the very university character"; the other stresses the school as a center designed mainly to meet the demand of professional training. This paper aims at presenting a review of the alluded lines as well as evaluating their influence upon the conceptualization of courses designed for the formation of educators.

**KEY WORDS:** Higher Education. College of Education. Vocational training. Teacher training college.

Quais os objetivos de uma Faculdade de Educação? A formação de professores deve, necessariamente, ser uma atribuição da Universidade?

De acordo com alguns estudos da UNESCO, poucos são os países do mundo em que a formação de professores realiza-se no interior da Universidade.<sup>(1)</sup> Entre eles, destacam-se os Estados

\* Professoras Assistentes do Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

\*\* Professora Assistente do Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação da Universidade de São Paulo.

(1) Cf. GIMENO, José Blat e IBÁÑEZ, Ricardo Marin: *La formation du personnel enseignant du premier et du second degré — étude comparative*. Les Presses de l'UNESCO, 1981.

Unidos.<sup>(2)</sup> Na Inglaterra e na França, embora as Universidades possuam faculdades ou departamentos de Ciências da Educação, não formam professores. Seus cursos têm preferencialmente o caráter de pós-graduação.

Entre os países relacionados no estudo de GIMENO e IBÁÑEZ, constituem exceção a essa regra a Austrália, o Canadá, Porto Rico, Islândia, Malta e a Holanda.<sup>(3)</sup>

De um segundo grupo, caracterizado pelo fato de que a formação dos professores primários se dá em nível superior, universitário ou não, fazem parte: a Austrália, a Áustria, a Bulgária, o Canadá, o Chile, a China, Chipre e Costa Rica. Neste caso, a formação tem uma duração que varia entre dois e três anos de estudos e se inicia a partir dos dezoito ou dezenove anos.

A separação entre a formação profissional e a vida propriamente universitária é portanto algo que em geral faz parte da tradição européia. Na França, as chamadas **Grandes Ecoles** surgiram no século XVIII, como reação contra as Universidades que não conseguiam responder adequadamente às necessidades próprias da formação profissional.<sup>(4)</sup>

No Brasil, ao contrário, a Universidade contrapôs-se tardiamente a uma tradição de estudos superiores essencialmente profissionalizantes e ministrados em estabelecimentos isolados.<sup>(5)</sup> Daí a sua natureza híbrida, definida de um lado por referência aos «altos estudos desinteressados»; mas, de outro, obrigada, desde o início, a concessões ao ensino profissional.

(2) *Les études supérieures - présentation comparative des régimes d'enseignement et des diplômes*, UNESCO, 1973.

(3) GIMENO, José Blat e IBÁÑEZ, Ricardo Marin, op. cit. No que se refere à formação de professores primários, esse estudo oferece indicações que nos permitem distinguir dois grupos de países. Em um primeiro grupo, no qual se inclui o Brasil, a formação se dá em estabelecimentos de nível secundário e se inicia a partir de uma idade que varia dos quatorze aos dezesseis anos, compreendendo em média três anos de estudos. Fazem parte desse grupo o Afeganistão, a Albânia, a Bélgica, a Colômbia, El Salvador, o Haiti, Honduras, México, Nicarágua, o Panamá, o Paraguai, Portugal, a República Dominicana (onde excepcionalmente, a duração dos estudos é de seis anos), a Suíça (com cinco anos de estudos), a Turquia, o Uruguai e a Venezuela.

(4) Cf. SCHWARTZ, Laurent: *Para salvar a Universidade*, S.P., T.A. Q./EDUSP, 1984.

(5) Segundo Paulo de Almeida Campos, todas as tentativas de se implantar no Brasil uma Universidade, durante o período colonial, fracassaram. Foram criados tão somente institutos superiores de formação profissional, reservando-se à Universidade de Coimbra a outorga de títulos doutorais. É significativo lembrar também que figurava entre os planos da Inconfidência Mineira o de criação de uma Universidade. Cf. CAMPOS, Paulo de Almeida, "Faculdade de Educação na Atual Estrutura Universitária Brasileira", *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* 53(118): 324, abr./jun. 1970.

### 1 — Alguns marcos históricos.

Em 1931, no bojo da primeira Universidade brasileira, surgiu a **Faculdade de Educação, Ciências e Letras**, concebida como um centro de investigação de ciência pura e não apenas como unidade didática. O modelo de 1931 conferia à Faculdade de Educação o papel de dar à Universidade seu caráter propriamente universitário, cabendo-lhe ainda a incumbência de preparar o magistério secundário. A Faculdade de Educação era assim definida como um centro de cultura desinteressada, mas com papel prático.<sup>(6)</sup>

Em 1934, a Universidade de São Paulo apontou para um modelo de organização diferente. Nele, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras aparecia como um centro de altos estudos, sem caráter profissional. Era concebida como base e cúpula da Universidade. Base, porque a formação universitária deveria compreender necessariamente cursos por ela oferecidos; e cúpula, porque a ela competiria o desenvolvimento de altos estudos acadêmicos. Ao redor da Faculdade de Filosofia gravitariam os cursos profissionalizantes, desenvolvidos por cadeiras práticas e técnicas.<sup>(7)</sup> A formação do magistério secundário era atribuída ao Instituto de Educação, anexo à Faculdade de Filosofia.

Em 1938, o Instituto de Educação foi extinto e seus professores incorporados à FFCL, que passou a exercer também a função de formação do magistério. Dois anos mais tarde, por força de Decreto Lei do Estado Novo, instaurou-se como modelo único a Faculdade Nacional de Filosofia, com acentuada tendência profissionalizante.<sup>(8)</sup>

A Lei de Diretrizes e Bases de 1961 não alterou profundamente a organização e o funcionamento da Universidade no Brasil.<sup>(9)</sup> Essa mudança era necessária e o processo de discussão sobre a reforma

(6) Cf. SUCUPIRA, Newton. "Da Faculdade de Filosofia à Faculdade de Educação", *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* 51(114):261, abr./jun. 1969.

(7) Nenhuma das antigas escolas, no entanto, aceitou a colaboração da Faculdade de Filosofia na formação básica, propedêutica aos cursos profissionais. Cf. MESQUITA FILHO, Júlio de, *Política e Cultura*, SP, Livraria Martins Ed., 1969. Apud ANTUNHA, Heládio César Gonçalves. *Universidade de São Paulo - Fundação e Reforma*. São Paulo, CRPE/MEC/INEP, 1974, p. 92 (série Estudos e Documentos). E também TEIXEIRA, Anísio, *Uma Perspectiva da Educação Superior no Brasil*, *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, nº 111, julho-setembro de 1968.

(8) O Decreto-Lei Estadual nº 9268-A, de 25 de junho de 1938, extingue o Instituto de Educação e cria a Seção de Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. O Decreto-Lei Federal nº 1190, de 4 de abril de 1939, dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia.

(9) De acordo com Valmir Chagar, a discussão e a aprovação do projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional fizeram emergir três grandes tendências no que se refere ao ensino superior no País. A primeira caracterizou-se por uma reforma administrativa, unificando os serviços dispersos, e pela criação de cidades universitárias. A segunda consubstanciou-se na formação da Universidade de

universitária, desencadeado desde a década de cinquenta, estendeu-se ao longo dos anos sessenta, culminando em 1968 com a Lei 5540, que reestruturou o ensino superior no País.

Concebido como indissociável da pesquisa, o ensino superior deveria ser ministrado em universidades e **só excepcionalmente** em estabelecimentos isolados. Quanto à formação de professores e especialistas em educação, no entanto, duas modalidades foram previstas: sua formação em universidades, mediante a cooperação das unidades responsáveis por esses estudos; ou, simplesmente, em estabelecimentos isolados. O próprio texto da lei consagrava, assim, a formação de professores como um ensino superior de segunda classe, onde a pesquisa não necessariamente constituiria atividade imprescindível<sup>(10)</sup>

Verificamos aí, portanto, uma duplicidade de tratamento no que se refere aos cursos superiores, de maneira geral, e àqueles destinados à formação de recursos humanos para a educação. A dupla via de formação, que só excepcionalmente se admite no primeiro caso, parece perder, no segundo, esse caráter de excepcionalidade.

A posterior proliferação de cursos superiores isolados, de formação profissional, mantidos pela iniciativa privada, sem que houvesse por parte do MEC um controle estrito sobre suas condições de funcionamento, teve, como se sabe, um impacto particularmente sensível na área educacional, determinando a baixa qualidade de formação do magistério.

A reforma dos estatutos da USP, em 1968, extinguiu a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, estabelecendo, como princípio de organização, institutos, faculdades e escolas. Data dessa época a criação da Faculdade de Educação, em seus moldes atuais.

## 2 — Duas Tendências.

Esse breve rastreamento de antecedentes históricos sugere-nos portanto que os diferentes projetos de criação de Faculdades de Educação consubstanciaram-se em duas tendências básicas. De um lado, a de formação de um Instituto de Estudos Avançados, como no projeto de 1931, em que cabia à Faculdade de Educação o papel de

---

Brasília, composta por institutos centrais de estudos básicos e faculdades de formação profissional, entre as quais a Faculdade de Educação. Paralelamente, uma terceira tendência marcou o retorno à idéia das Faculdades de Filosofia como centro de organização da Universidade, através da reforma da Universidade Federal do Ceará. Cf. CHAGAS, Valmir. A Reforma Universitária e a Faculdade de Filosofia, *Educação e Ciências Sociais*, ano V, vol. 9, nº 17, maio-agosto de 1961. Apud CARVALHO, Laerte Ramos. Parecer Conselho Estadual de Educação, nº 43/69: O Ensino Superior e a Universidade.

(10) Lei 5.540 de 28/11/1968.

dar à Universidade «seu caráter propriamente universitário». A segunda tendência parece ter-se orientado no sentido de perceber a Faculdade de Educação como uma escola de formação de professores, que habilitasse para o mercado de trabalho profissionais da área e que promovesse um campo específico de pesquisas, pré-determinado por esses parâmetros de ordem profissional.

A existência de um Instituto de Educação, no projeto original da USP, certamente se vincula a essa segunda tendência. A dissolução desse Instituto, em 1938, através de sua integração à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, descaracteriza a um só tempo seu papel, enquanto espaço específico para a formação de professores, e o papel da Faculdade de Filosofia, enquanto Instituto de Altos Estudos.

Os debates em torno da reforma universitária, na década de sessenta, recolocaram em termos novos, para a universidade brasileira, o dilema profissionalização X pesquisa.

Em depoimento prestado à Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados, encarregada de examinar a estruturação do ensino superior no País, Anísio Teixeira apontava para a idéia de uma Universidade que fosse, não a transmissora de uma cultura universal, já existente, mas a estudiosa de uma cultura nova, em elaboração, que lhe caberia descobrir e formular, para poder ensiná-la. Nesse sentido, parecia-lhe imprescindível uma ampla disseminação dos estudos de pós-graduação, indissolivelmente ligados à pesquisa, como condição para uma formação profissional efetiva:

«Os cursos de três e quatro anos são, em todas as Universidades do mundo, considerados cursos de carreiras curtas. Toda a inovação do ensino superior brasileiro ainda está restrita a esses três e quatro anos de estudo. E a grande transformação moderna que é a escola de pós-graduação, a escola de pesquisa, a escola que irá formular o conhecimento humano para ser ensinado, não chegou a existir no Brasil». (11)

Nessa perspectiva, que também é a da reforma universitária, admite-se, por um lado, a importância crescente da formação profissional em nível superior, já, nesse momento, uma realidade incontornável. Por outro, os altos estudos acadêmicos passam a ser responsabilidade específica dos cursos de pós-graduação, aos quais compete a tarefa básica de pesquisa no interior da Universidade.

Nesse mesmo ano de 1968, uma missão estrangeira, apoiada pela UNESCO, encarregada, a convite do governo brasileiro, de orientar a instalação e o desenvolvimento das Faculdades de Educação, ressal-

(11) TEIXEIRA, Anísio. Op. cit., p. 47.

tava a importância de transformar os antigos departamentos de estudos pedagógicos em faculdades profissionais, destinadas, prioritariamente, à formação de pessoal para as diversas funções do magistério e à realização de estudos e pesquisas pedagógicas. A semelhança de uma Faculdade de Medicina, a Faculdade de Educação não poderia ocupar-se exclusivamente de trabalhos e pesquisas avançados ou especializados, devendo além disso formar pessoal habilitado para o trabalho profissional. Os Colégios de Aplicação desempenhariam, na formação dos professores, papel análogo ao das clínicas, na formação dos estudantes de medicina.<sup>(12)</sup>

Perspectiva bastante diferente é a de Valnir Chagas, que em 1967 atribuía à Faculdade de Educação o papel de «força aglutinadora da Universidade». Baseada em uma Faculdade de Educação, acreditava ele, a Universidade dificilmente se converteria em um conglomerado de Faculdades justapostas: a Faculdade de Educação seria, por excelência, forma de profissionalização do geral e, portanto, fator de unidade insubstituível. Uma escola superior desde logo especializada estaria distante da idéia de Universidade e a Faculdade de Educação, por seu caráter genérico, anteciparia a própria Universidade. Com isso, Valnir Chagas mais uma vez recuperava para a Faculdade de Educação o papel anteriormente atribuído à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras pelos fundadores da Universidade de São Paulo.<sup>(13)</sup>

Tal idéia, no entanto, na nossa experiência universitária concreta, nunca teve senão uma mera expressão administrativa. Heládio Antunha afirma, por exemplo, que à Faculdade de Educação surgida da reforma da USP, em 1968, foi atribuída uma tarefa de integração terminal, através do seu curso de licenciatura.

Essa atribuição porém, está muito distante da concepção de uma Faculdade de Educação enquanto centro de altos estudos.<sup>(14)</sup>

(12) Cf. LAUWERYS, J. "Instalação e Desenvolvimento das Faculdades de Educação no Brasil", *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* 51(114):317, abr./jun. 1969.

(13) CHAGAS, Valnir. "Faculdade de Educação e a Renovação do Ensino Superior", *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* 47(105):111, jan./mar. 1967. Essa mesma idéia é compartilhada por Paulo de Almeida Campos, que ressalta a função estimuladora, aglutinadora e de liderança que deve assumir a Faculdade de Educação na estruturação da Universidade. Op. cit..

(14) Newton Sucupira analisa essa concepção do papel das Faculdades de Educação, vinculando-a à experiência da Universidade de Berlim, criada em 1810, sob a inspiração de Wilhelm von, Humboldt, onde a Faculdade de Filosofia, centro de pesquisa científica pura e de altos estudos, tornou-se "a substância mesma da instituição universitária", superando em prestígio as demais faculdades. Esclarece, porém:

"A concepção da Faculdade de Filosofia, em certos de seus aspectos fundamentais, se afigurava incompatível com a tendência própria da ciência positiva, e da sua aliada, a tecnologia, para uma especialização crescente que atingia, em cheio, a unidade metafísica profunda do saber e da formação. Já no curso do século XIX, a Faculdade pouco a pouco se exime da tarefa de proporcionar a formação geral

## 3 — A Faculdade de Educação da USP

Pelo menos formalmente, a Faculdade de Educação, surgida da reforma da USP de 1968, caracterizou-se como uma instituição de formação profissional e de pesquisa aplicada.<sup>(15)</sup> No entanto, de fato, permanece em sua organização interna um forte apelo à formação geral acadêmica.

Esta afirmação pode ser ilustrada através do quadro a seguir, que representa a estrutura curricular atualmente em vigor.

## CURSO DE PEDAGOGIA (FEUSP)

## PARTE COMUM

Nome da Disciplina	Número de Créditos
Filosofia da Educação	16
Introdução à Psicologia da Educação	6
Sociologia Geral	4
Introdução à Economia	2
Introdução à Probabilidade e Estatística	8
Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus	8
Sociologia da Educação	12
Economia da Educação	2
História da Educação	24
Psicologia da Educação	16
Estatística Aplicada à Educação	4
Didática	8

---

de todos os estudantes, o que será objeto de educação ginasial. Com a especialização científica, logo se dividirá numa seção para as ciências do espírito e outra para as ciências da natureza, terminando por cindir-se em duas Faculdades, a de Filosofia e a de Matemática e Ciências Naturais. No começo deste século, as ciências sociais se desgarram da Faculdade de Filosofia e vão constituir matéria de uma Faculdade independente, a de Ciências Econômicas e Sociais. *Estava assim definitivamente abandonada, na Universidade alemã, a idéia de uma faculdade destinada a realizar, no plano estrutural, a unificação das humanidades*". Cf. SUCUPIRA, Newton. Op. cit., p. 267. Grifos nossos.

- (15) Segundo Heládio Antunha o novo modelo universitário adotado pela USP abandona a concepção original de organização da Universidade à base de um Instituto central, a F.F.C.L. Esta foi desmembrada em diversos institutos e faculdades. "Os Institutos foram definidos como instituições dedicadas sobretudo à pesquisa e ao ensino básico nas áreas fundamentais dos conhecimentos humanos, estudados em si mesmos ou em vista de ulteriores aplicações". Reconheceu-se o caráter específico e relativamente independente do ensino técnico e da pesquisa aplicada, que se tornaram o objetivo específico das Faculdades e Escolas". Cf. ANTUNHA, Heládio César Gonçalves, op. cit., p. 219/220.

Nome da Disciplina	Número de Créditos
Educação Comparada	8
Metodos e Técnicas de Pesquisa Pedagógica	4
Introdução à Educação Especial*	4
Medidas Educacionais	4
Metodologia e Prática de Ensino de 1º e 2º graus	10
Estudo de Problemas Brasileiros	4
Educação Física	—
<b>Total de Créditos</b>	<b>144 = 2160 Horas-Aula</b>

\* Disciplina optativa para o curso e obrigatória para as habilitações Ensino de Deficientes Mentais e Ensino de Deficientes Visuais.

### PARTE DIVERSIFICADA

#### HABILITAÇÃO EM ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL E MAGISTÉRIO DAS MATÉRIAS PEDAGÓGICAS DE 2º GRAU

Nome da Disciplina	Número de Créditos Aula/Atividade
Princípios e Métodos de Orientação Educacional	8
Metodologia e Prática de Ensino de 1º grau	12 3
Didática III	4 1
Orientação Vocacional	8
Tecnologia da Educação e Recursos Audio-Visuais	8
Teoria e Prática da Educação Pré-Escolar	8
Estágios	4
<b>Total de Créditos</b>	<b>48 8 = 960 Horas-Aula</b>
<b>Parte Comum + Parte Diversificada = 3.120 Horas-Aula.<sup>(16)</sup></b>	

O aluno, portanto, que optar por essa habilitação deverá cursar o total de 3.120 horas, sendo que 2.160 horas correspondem à parte comum e 960 horas às disciplinas de habilitação. Note-se que esse

(16) Usamos como exemplo apenas uma das habilitações do curso de Pedagogia da FEUSP. Seu leque de opções é bem mais amplo, incluindo as seguintes habilitações: Administração Escolar e Inspeção Escolar (900 hs.); Supervisão Escolar e Magistério das Matérias Pedagógicas de 2º grau (1.080 hs.); Ensino de Deficientes Mentais (1.260 hs.) e Ensino de Deficientes Visuais (1.320 hs.).



total é constituído, quase que integralmente, por disciplinas obrigatórias e que a carga horária mínima para o curso de graduação, estabelecida pelo Conselho Federal de Educação, é de 2.200 horas.

De certo modo, a opção da FEUSP parece ter pretendido conciliar as duas tendências anteriormente mencionadas — aquela que privilegiava a formação geral e aquela que enfatizava a formação profissional — mas terminou por não satisfazer adequadamente nenhuma delas. A duplicidade de objetivos é o que caracteriza, hoje, a qualidade da formação oferecida aqui e ela deve, necessariamente, ser contemplada em uma discussão sobre reforma curricular.

#### 4 — Considerações finais

O dilema profissionalização X formação geral acadêmica, que pesou sobre as opções de ensino das Faculdades de Educação, relocala-se sob um outro prisma quando consideramos a questão da pesquisa.

Uma das idéias mais importantes, subjacente à formação das primeiras Faculdades de Educação e inerente à própria constituição da Universidade, era a idéia do desenvolvimento de «altos estudos acadêmicos e desinteressados».

A reforma universitária de 1968 destruiu essa idéia. Fez isso, por um lado, na medida em que integrou, de direito e de fato, a formação profissional à vida universitária como **um nível** e não mais apenas como **um tipo** de formação. Mas também na medida em que foi redimensionado o próprio conceito de pesquisa, como atribuição dos cursos de pós-graduação.

Formalmente, estabeleceu-se uma distinção entre pesquisa «pura» e «aplicada, que corresponde a uma divisão de áreas entre Institutos, por um lado e, por outro, Faculdades e Escolas. Essas noções, no entanto, estão bastante distantes da antiga concepção de «altos estudos desinteressados». «Pura» ou «aplicada», espera-se da pesquisa que, em algum momento, ela venha a ter um significado prático.

No caso das Faculdades de Educação, em que medida a pesquisa poderia ser um componente da formação profissional?

A nosso ver, a formação profissional não precisa e não deve ser a transmissão de um conjunto de conhecimentos pré-determinados e apresentados de forma cristalizada. Ela pode ser efetuada através do próprio processo de produção do conhecimento. Nesse caso, a pesquisa poderia desempenhar um papel importante.

Caberia então a pergunta: até que ponto a pesquisa, enquanto componente da formação profissional, não poderia apontar um caminho para a resposta ao dilema formação geral X formação profissional?